

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UFRO)
CENTRO DE HERMENÊUTICA DO PRESENTE

PRIMEIRA VERSÃO

ANO II, Nº95 - ABRIL - PORTO VELHO, 2003
VOLUME VI

ISSN 1517-5421

EDITOR
NILSON SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

ALBERTO LINS CALDAS - História
ARNEIDE CEMIN - Antropologia
ARTUR MORETTI - Física
CELSO FERRAREZI - Letras
FABÍOLA LINS CALDAS - História
JOSÉ JANUÁRIO DO AMARAL - Geografia
MARIA CELESTE SAID MARQUES - Educação
MARIO COZZUOL - Biologia
MIGUEL NENEVÉ - Letras
VALDEMIR MIOTELLO - Filosofia

Os textos de até 5 laudas, tamanho de folha A4, fonte Times
New Roman 11, espaço 1.5, formatados em "Word for Windows"
deverão ser encaminhados para e-mail:

nilson@unir.br

CAIXA POSTAL 775
CEP: 78.900-970
PORTO VELHO-RO

TIRAGEM 200 EXEMPLARES

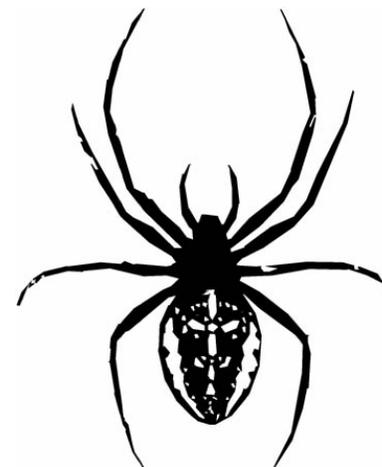
EDITORA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

PRIMEIRA VERSÃO

ISSN 1517-5421

lathé biosa

95



RIBEIRINHOS DO MADEIRA

MARIA TEREZINHA CORRÊA



Maria Terezinha Corrêa

Filósofa, mestra em Antropologia

mtec@usp.br

Ribeirinhos do Madeira

"A um rio que tudo arrasta, todos chamam de violento; mas ninguém chama violentas as margens que o aprisionam há séculos."(Brecht)

Navegando à beira do rio Madeira, entre os interiores dos municípios de Humaitá/AM e de Porto Velho/RO, durante minha convivência com a sua população percebi o quanto o ribeirinho foi e, ainda é, uma categoria às margens da sociedade brasileira, carente de recursos e à revelia de projetos agro-políticos e debates nacionais ou internacionais sobre o seu habitat.

Os ribeirinhos a que me refiro são homens, mulheres, jovens e crianças que nascem, vivem e se criam à beira dos rios denominando-se de "beiradeiro", e, chamado por alguns de "caboclo".

Alguns estudiosos os têm classificado, particularmente, por terem um modo de vida próprio, de "campesinato amazônida". (Furtado,1997). A maioria é predominantemente de ascendência indígena, pois o tipo físico se associa a sua tez de pele, cabelos, olhos. Porém, alguns são miscigenados com nordestinos vindo, principalmente, dos Estados do Maranhão e do Ceará, por ocasião do ciclo da borracha. Além disso, o vocabulário comum assemelha-se à língua Tupi, às crenças nos "encantados" (panema, cobra-grande, mapinguari, o uruá-peará), contado pelos antepassados, encontradas praticamente em toda comunidade ribeirinha, influenciando também os cidadãos amazonenses.

O interior amazonense tem uma configuração mesclada de parentes e herdeiros culturais retratados por cronistas e historiadores citados por Antônio Porro, em *O povo das águas* (1996), quando tenta resgatar tribos ali existentes e registradas de modo exóticas, em séculos passados.

Porém, segundo estatísticas citadas por Furtado, da UFPA, estima-se que aproximadamente 595.000 ribeirinhos (quase metade da população de todo o Estado do Amazonas) moram nas áreas rurais amazonenses, sendo que a população total de indígenas neste Estado é calculada em termos de 54.503 (IBGE, 1994, p.46). Portanto, mesmo que haja uma certa mobilidade, os ribeirinhos são em maior número que indígenas, trabalhadores "assalariados", "posseiros" e "seringueiros" de terra firme.

Cabe aqui lembrar o que a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha expôs num debate sobre a desordem da Amazônia como consequência da integração dos anos 70 e 80 do século passado:

*As populações submetidas da Amazônia são os índios, os seringueiros, os ribeirinhos. Essas populações têm direitos. Os índios têm direitos de primeiros ocupantes (...) As populações de seringueiros foram levados para a Amazônia... têm direitos também... Mas há, também, um direito coletivo mais fundamental ainda: as sociedades tradicionais que se implantaram na Amazônia constituíram soluções originais de sociabilidade que, como todas as sociedades ditas 'primitivas' são importantes não como se crê, às vezes, enquanto testemunho de nosso próprio passado, mas como testemunho de um presente que poderia ser outro: elas mostram, antes de tudo que o modelo em que estamos imersos de 'desenvolvimento' a qualquer custo, é um apenas entre os possíveis. Como fazem os biólogos quando instituem bancos genéticos que permitam um eventual desenvolvimento de novas espécies para a agricultura, da preservação de um 'banco de saberes e sociabilidades' quem não é tesouro do passado, mas reservatório de possibilidades para o futuro. (M. C. da Cunha, em artigo *O aporte da antropologia ao debate sobre a desordem da Amazônia: apud NUPAUB/USP,1989*)*

Também, Almeida Vaz (1996), pesquisador pela UFRJ, ao se referir sobre a identidade "ribeirinha" sugere que "*novos estudos sobre a cultura, religião ou economia seriam úteis, pois poderíamos conhecer mais sobre esse sistema.*" (idem 60), e assim, tentamos compreender melhor sua configuração.

É nesta tentativa que, durante o período de minha permanência no município de Humaitá, entre 1994,1995 e 2001 e de visitas feitas aos interiores, observei o fato da maioria da moradia nativa da população ribeirinha ser construída com paxiúba ou palha, onde, em geral, dorme-se em rede. No perímetro urbano é comum ver, também, moradas nativas entre casas de alvenaria, feitas de madeira mas, atualmente algumas, com telha "eternit", e não de palha conforme o costume local. As casas de palafitas são construídas nas várzeas, também mesmo material regional. Há habitação temporária feita no meio da floresta, construída, às vezes, por seringueiros e/ou madeireiros, chamada de "Tapiri". Estes, também, utilizam esteios e palhas de palmeiras seguindo práticas indígenas.

Outra prática semelhante, por exemplo, aos indígenas Parintintin, com quem convivi alguns meses em aldeia é o jeito das famílias "ribeirinhas" ou "beiradeiras" de plantar. Esta prática tem uma forte influência cultural na região do Madeira. O mesmo podemos dizer da dieta amazonense, cuja a farinha d'água e o peixe, ricos em proteínas, são fundamentais em sua alimentação.

O amazonense da zona rural ribeirinha dedica-se à agricultura em seus roçados, à pesca, ao extrativismo da castanha, da goma não elástica - o látex, do óleo de copaíba e de andiroba, da coleta de açaí, do tucumã e de outras frutas da época, durante as cheias dos rios. Na época da seca, é comum encontrar as famílias dos povoados às margens do rio Madeira dedicando-se ao cultivo do milho, da mandioca, da melancia, da banana ou fazendo farinha d'água (feita da mandioca brava), não só para o consumo próprio, mas também para comercializar na cidade; busca-se lenha, e, quando necessário, palha para fazer ou refazer o telhado da casa. A pesca, a farinha, a coleta da castanha e o artesanato (no caso, feito pelos indígenas) são produtos que, vendidos na cidade, ajudam na renda familiar. Atualmente, o açaí tem sido um produto procurado por atravessadores do Sul/Sudeste do Brasil.

É na hora de vender seus produtos que se percebe o quanto o "ribeirinho" ou "beiradeiro" não é valorizado. É mal pago tanto pelo produto quanto pelo trabalho que teve para, não só extraí-lo, mas também transportá-lo até a cidade. Muitos dependem de combustível para sua "rabetá" (uma canoa maior com motor pequeno) ou da passagem para o "recreio" (barco grande), que devido as distâncias podem levar horas ou dias. Uma lata de dezoito litros de castanhas, equivalente a vinte quilos, é pago pelo atravessador apenas por três reais, e, às vezes, nem tem preço, conforme disse um dos empresários residentes na cidade de

Humaitá, mas que tem representante em Manaus. Numa lata de açaí paga-se cinco reais, conforme acontece no município de Humaitá. Estes produtos quando comprados em outros lugares, por exemplo, nos mercados, custam, por um quilo ou um pote para tomar, no caso do açaí, o mesmo que foi pago ao ribeirinho ou beiradeiro pela lata de dezoito litros.

Enquanto no perímetro urbano concentram-se os poderes políticos, jurídicos e religiosos, é na floresta que está presente toda a matéria-prima da economia local. Quem conhece bem tais recursos oferecidos pela natureza são os próprios ribeirinhos que têm convivido com exploração por madeireiras, dragas de garimpos (que, além de poluírem o rio com mercúrio, provocam mudanças no curso fluvial), colonização por sitiantes sulistas que "limpam" o terreno para fazer pasto, devastando a mata, e mais a implantação de projetos agro-industriais promovidos pelos órgãos governamentais tais como IDAM (anteriormente chamada de EMATER), INCRA e IBAMA. A pesca predatória é outro problema sério que atinge as famílias que vivem à beira rio.

Os problemas relacionados à realidade sanitária é outro quesito percebido para quem se aventura a permanecer nas localidades desprevenido de um cantil d'água e cuia para banhar-se.

Com o crescimento de cidades amazonenses à beira do Madeira, a água ainda não recebe o necessário tratamento, prejudicando a saúde da população, através da ingestão direta ou indireta na preparação de alimentos ou pelo uso na higiene pessoal, na agricultura ou no lazer. As doenças mais freqüentes causadas pela água contaminada são: amebíase, cólera, disenteria, febre tifóide, febre paratífóide, gastroenterite, diarréia infantil, leptospirose. Em muitas localidades alguns moradores utiliza fossa. Mas, a maioria da população ainda, utiliza os igarapés e até o próprio solo para destino dos dejetos, o qual é determinado numa área no meio da mata.

A Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) orienta as famílias ensinando a pingar o Hipoclorito de Sódio na água depois desta ser coada na vasilha, em geral de barro, ou filtro, umas horas antes de beber e banhar-se com água do "olho d'água". No entanto, há prática cotidiana das famílias ribeirinhas, o que se pode averiguar é que ainda não há hábito quanto a esse cuidado de higiene. Onde há poço artesiano (alguns perfurados após campanha política), na maioria das vezes, não funciona por falta de manutenção ou de óleo para o motor gerador.

Segundo funcionários-inspetores da FUNASA de Humaitá/AM, a região do Madeira ainda é uma área endêmica de malária. *"Sabe-se, também que se tem o transmissor de dengue, mas ainda não constatou-se nenhum caso. Em 1999 houve 2.580 casos. Com os cuidados, visitas e orientações feitas às famílias, os casos de malária em 2000, caiu para 1.066"*.

O Império das Águas

Apesar de todo esse desconforto para quem não está acostumado, o morador beiradeiro dribla altivamente o "banzeiro" (onda provocada pelo barco) que, embora violento, se desfaz com o movimento da água do rio, equilibrando-se como faz em sua canoa, desafiando jacarés, cobras e piranhas, que em meio a botos e borboletas convivem nessa sócio-diversidade tropical.

O camponês amazônida, não só do Madeira, mas também de outros rios amazônicos estudados, mantém seu ritmo conforme a baixa ou a cheia das águas do rio, o tempo das chuvas, ou seja, a mudança das estações. A produção de subsistência do ribeirinho permanece tanto em terras devolutas, quanto em terras próprias nos povoados e localidades do município. Além de depender da terra firme para sua subsistência, esse depende das águas, “plantando” sua casa nas beiras dos rios, aproveitando-se, sabiamente, de seus recursos naturais. Diferentemente, o camponês tradicional das zonas rurais de outras regiões do Brasil, estudado por M. I. P. Queiroz (1973) que diz “*o consumo do sitiante tradicional se desequilibra*” (idem 29), tem organizado sua produção sob a ótica capitalista ou influenciada nos negócios de mercado.

Outro autor, Antônio Cândido, de *Os Parceiros do Rio Bonito* (1964), observou esse desequilíbrio, definindo as várias formas, por exemplo, do morador do campo do Estado de São Paulo, ao lidar com sua produção. M. M. Moura em *Os Camponeses* (1986) e *Os herdeiros da terra* (1978), constata os conflitos entre direito civil e direito costumeiro que rege o casamento e o patrimônio rural. Polanyi em *A Grande Transformação* (1980) avaliou esse processo indo às origens de nossa época ao ressaltar as implicações do sistema econômico particular, o sistema de mercado. Chayanov, economista agrícola, em sua obra *The theory of Peasant Economy* (1966) explica bem a diferença da lógica camponesa que se choca com a lógica capitalista.

Como já mencionei mais acima, a configuração da zona rural amazônida, no interior da floresta, é formada geralmente por sítios, chamadas de comunidades, e, por algumas reservas indígenas. Uma localidade pode variar o número de casas, conforme as cheias. Para quem já esteve em área indígena Parintintin, essas localidades lembram pequenas “aldeias”. O que não vejo de forma exótica, mas sim, confirmando a “tupinização” presente no modo de vida da população ribeirinha amazonense. Às vezes, as enchentes são tão fortes que atingem todo o roçado, como ocorreu em 1997, causando mudanças de várias famílias da região.

Dependendo da quantidade de ataque de carapanãs (pernilongos), esses transmissores de malária, podem ser um grande fator de mudanças, também. Outra razão da mobilidade são os estudos dos filhos – cujas escolas só têm o primeiro ciclo do ensino fundamental (de 1ª a 4ª séries) com um único professor -, ou problemas de saúde, fazendo com que a família hospede-se em casa ou no terreno de parentes de outra localidade, no mesmo rio Madeira ou na cidade, onde os recursos são mais favoráveis.

O fato do Amazonas ter sido disputado historicamente pelos ibéricos, os ribeirinhos encontram-se numa “situação de fronteira”, que segundo José de Souza Martins (1997) não é só geográfica, mas também cultural. Vários registros demonstram que os municípios surgidos nos Estados amazônicos são marcados pelo ciclo da borracha no fim do século XIX e início do XX. Autores como Ferreira de Castro (1930) que, viveu no seringal Paraíso pertencente ao município de Humaitá, retrata bem em *A Selva* os horrores da época do “ouro verde”, e Taussig, em sua obra **Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem** (1993) também demonstra como a cultura do terror esteve muito presente em outras áreas da Amazônia.

Na década de 70 do século passado, sofreu influência das iniciativas do governo militar de integração da Amazônia e de ocupação dos “espaços vazios” com a abertura da Transamazônica e a colonização por famílias rurais vindas, principalmente, do sul, o que tem causado estranhamentos nos regimes de troca. De um lado, os nativos ficam na expectativa de melhores recursos, de outro os migrantes buscam adaptar-se à nova terra, ainda desconhecida. Porém, tentam adaptá-la às suas técnicas, a qual tem causado desgaste e secura do solo, por exemplo, como em lugares do Nordeste e, ultimamente, em Santa Catarina.

O encontro da sociedade nacional com grupos étnicos minoritários, no contexto sócio-político-histórico, subordina-se, então, a essa “situação de fronteira”, vista como lugar de “desencontro de temporalidades históricas” (Martins, 1997). Os festejos manifestam-se como material de análise em que se articulam a vida social e os regimes de troca das populações ribeirinhas como um fato social total, no sentido maussiano. Também, para o aprofundamento de tal investigação perceber a liminaridade desses eventos é para Turner perceber a inversão da realidade. Por isso, que o diálogo antropológico e sócio-histórico deve sintonizar para haver uma boa interpretação dos significados das dimensões simbólicas das práticas sociais.

Assim, diante dos estudos feitos sobre as populações indígenas que muito tem contribuído para a descoberta de nossa pluriétnica cultural brasileira, faz-se necessário, também, buscar a compreensão da “tupinização” (Vaz, 1996) daqueles que garantem a vida saudável de nosso maior patrimônio universal e que preservam a Amazônia, as populações ribeirinhas.

Bibliografia

- CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo, José Olympio, 1964.
- CASTRO, Ferreira. **A Selva**. Lisboa, Guimarães Editores, 1930.
- CHAYANOV, A. V. **The Theory of Peasant Economy**, Illinois, Richard D. Irwin Inc. 1966.
- CUNHA, Manuela C. **O Aporte da Antropologia ao Debate Sobre a Desordem da Amazônia: Comentários à Exposição de Marianne Schimk**. São Paulo, USP, 1989.
- FURTADO, L.G. **Terra e Água: Identidade Camponesa Como Referência da Organização Política Entre os Ribeirinhos do Rio Solimões**. In: Amazônia – Desenvolvimento, Sócio-diversidade e Qualidade de Vida, Belém, UFPA/ NUMA, 1997.
- MARTINS, J. de S. **Fronteira. A Degradação do Outro**. São Paulo, Hucitec, 1997.
- MAUSS, M. **Ensaio Sobre a Dádiva**. São Paulo, EPU, 1974.
- MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo, Ática, 1986.
- _____. **Herdeiros da Terra**. São Paulo, HUCITEC, 1978.
- POLANYI, K. **A Grande Transformação: as Origens da Nossa Época**. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- PORRO, A. **O Povo das Águas: Ensaio de Etno-história Amazônica**. Rio de Janeiro, Vozes, 1995.
- QUEIROZ, M. I. P. **O Campesinato Brasileiro**. Petrópolis, Vozes/ Ed. USP, 1973.
- TAUSSIG, M. **Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem**. Rio, Paz e Terra, 1993.
- _____. **Cultura do Terror: Espaço da Morte na Amazônia**, in: Religião e Sociedade 10, Rio, novembro de 1983, pp.49-64.
- VAZ, F. A. **Ribeirinhos da Amazônia: Identidade e Magia na Floresta** in: Cultura Vozes, n.2, março-abril/1996, (p. 47-65)

VITRINE

DIVULGUE:

PRIMEIRA VERSÃO
NA INTERNET

<http://www.unir.br/~primeira/index.html>

Consulte o site e leia os artigos
publicados

Agora, carrega

minha alma

porque é melhor a morte

que a vida

CARLOS MOREIRA